



Desde o golpe que colocou a extrema-direita no poder, insuflados por forças internacionais que estão na base de um Império mundial comandado pelas petrolíferas, a cada número de Retratos nos sentimos mais impotentes face às medidas restritivas que atingem o campo no Brasil. E não só o campo! Eis que avançam a pobreza, o desemprego e a fome, enquanto se concretiza o estado de exceção.

Para alguns filósofos contemporâneos, estado de exceção e a necropolítica constituem a regra nas sociedades marcadas por competição e pela dominação que refaz as sociedades capitalistas.

O estado de exceção, embora com uma face mais excessivamente abusiva, mais evidente e mais cínica no Brasil, não recobre totalmente o real. Sobrevive entre nós, brasileiros, uma luta desesperada para defender e manter o estado de direito. A história não produziu tantas revoluções e tantas lutas pelos direitos humanos para terminar nesse descabro.

Vemos por toda parte resistência e resiliência: movimentos sociais distribuindo alimentos a quem passa fome nas cidades, organizações da sociedade civil socorrendo os desvalidos, luta por vacinas, cientistas buscando curas e formas de combater a pandemia, políticos consequentes defendendo a Constituição, denunciando e exigindo governabilidade.

Um dos nossos problemas é que a democracia burguesa não traz a igualdade prometida, mas fomenta a liberdade dos poderosos, ou seja, por um lado liberdade ao poder econômico para exploração e expropriação e, por outro, o desaparecimento do respeito pelo coletivo, base de uma vida social natural e saudável.

Assim, durante a pandemia, predominaram os direitos individuais do neoliberalismo, que destroem os direitos humanos difusos, estes sim, protetores de uma vida social verdadeiramente democrática. Não por acaso, nosso número de retratos traz importante artigo sobre liberdade. Ter liberdade é sentir-se responsável pelos problemas da humanidade.

Quem fala em liberdade, pensa em vida, quem pensa em vida pensa em alimento. Sem alimento não há vida. Nesse sentido, nosso periódico é hoje verdadeiro alento. Traz debates e aponta alternativas àquilo que parece inexorável – a força do agronegócio. Ora, se o estado de exceção aposta no agronegócio, a liberdade defende alternativas a esse modelo hegemônico.

Já se reconhece que o agronegócio, tão festejado no Brasil e valorizado no comércio internacional, nas bolsas e mercados futuros, não resolve a fome do mundo. Ao contrário, só faz aumentá-la porque não produz alimentos e sim commodities para a acumulação de capital. Para tal, devasta a natureza, destruindo os ecossistemas e praticando inaceitável crueldade na criação de animais, sem que essa barbárie resolva a fome no mundo. Processos que já estão sendo apontados como a causa principal desta terrível pandemia.

Reafirmamos, no entanto, que apesar do horror que estamos vivendo, apesar das brilhantes análises pessimistas dos grandes filósofos e apesar da previsão de Marx (socialismo ou barbárie), há esperança. Existem sim alternativas. Lembramos que o próprio Marx também proclamou a capacidade humana de resolver os problemas colocados historicamente. Os artigos desse número apontam algumas dessas possibilidades.

Destacamos que a presente edição da revista Retratos de Assentamentos contou com uma parceria com a Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), por meio da qual foi realizado um mapeamento de potenciais artigos para publicação na revista dentre os trabalhos aprovados e apresentados no 58º Congresso da Sober, realizado entre os dias de 26 e 28 de outubro de 2020. Posteriormente, realizamos um convite aos autores dos trabalhos selecionados para a submissão de uma versão atualizada e revisada de seus trabalhos à revista. Com isso, os leitores terão acesso a alguns trabalhos que compuseram o congresso e animaram as discussões dentro das temáticas propostas pela Sober.

Certamente, essas temáticas têm tudo a ver com a Retratos e com sua política editorial. Os artigos da seção do dossiê do congresso da Sober vêm a reforçar e problematizar, com perspectivas teóricas próprias do campo de conhecimento das ciências sociais agrárias e rurais, temas da maior relevância na área. Julgamos, portanto, que essa parceria foi bastante profícua

Este número expressa bem a situação de privação vivida com a pandemia e as perspectivas de expansão das capacidades humanas. A multidimensionalidade do processo de transformação de uma sociedade é contemplada na concepção de Amartya Sen de desenvolvimento como liberdade na análise das práticas de desenvolvimento territorial no Brasil do século XXI. O primeiro artigo do dossiê aprofunda esta temática. Aponta analiticamente que capacidades relacionadas à liberdade política, liberdade civil, preservação das identidades socioculturais e ambientais, entre outras, foram contempladas pela proposta política territorial, englobando diferentes atributos teóricos do desenvolvimento multidimensional. Essa concepção tem servido de base teórica e metodológica para inúmeros estudos na área.

Logo após, uma sequência de quatro artigos que discutem estratégias e políticas de abastecimento alimentar por meio de feiras e grupos de consumidores com foco em agroecologia e segurança alimentar. Estas formas de comercialização da produção da agricultura familiar que têm sido não apenas (e cada vez mais) objetos de estudos e de projetos de extensão nas universidades brasileiras, mas formas reais que contribuem para alimentar a população urbana, sustentar as famílias rurais e estabelecer relações e laços de confiança entre o campo e a cidade. Sobretudo em tempos de pandemia, tais estratégias e políticas têm se mostrado essenciais para evitar um verdadeiro colapso social e diminuir os impactos negativos do desemprego na vida das pessoas.

Os artigos mostram que as escolhas dos consumidores impulsionam a produção e a comercialização da agricultura familiar. As feiras e a formação de grupos de consumidores que recebem cestas de alimentos orgânicos são estratégias que fortalecem os agricultores e a transição agroecológica, embora um olhar para as experiências aponta desafios da institucionalização deste tipo de ação no âmbito municipal.

Em um dos artigos remete-se a interfaces entre práticas alimentares, saúde e fatores sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos analisados em feiras da agricultura familiar. Dados secundários e entrevistas com gestores e técnicos reforçam a centralidade das feiras como estratégia fundamental para a diversificação da produção de agricultores familiares, colaborando para construção da soberania e segurança alimentar nutricional.

Já a perspectiva de canais curtos de comercialização reforça a dinâmica do abastecimento alimentar. Sua relação com a gestão pública local é discutida em um artigo que analisa alternativas de comercialização dos agricultores familiares a partir de experiências de grupos formais e informais. Tendo como foco a análise do comércio de alimentos in natura, principalmente a categoria FLV (frutas, legumes e verduras) nos equipamentos de comercialização, falhas da gestão pública que acabam por influenciar a desestruturação do abastecimento alimentar são analisadas a partir da constatação de que os canais curtos de comercialização não incorporam efetivamente a agricultura familiar do município.

Os grupos de consumo são retratados em um artigo de abordagem quantitativa, que faz uso do Sistema de Avaliação Ponderada de Impacto Ambiental de Atividades do Novo Rural (APOIA-NovoRural). A importância das Comunidades que Sustentam a Agricultura é indiscutível para o aumento dos laços de confiabilidade entre produtores e consumidores, pois geralmente estão pautadas nos interesses mútuos em torno da agricultura sustentável e da saúde alimentar. No entanto, frente à dificuldade de se dimensionar a produção da agricultura familiar, bem como às limitações de uma metodologia que abrange indicadores complexos, conclui-se que uma pesquisa a partir de grupos de consumo pode contribuir para se superar tais desafios.

Fechando o dossiê um artigo trata da experiência da conquista de serviços de saúde em um assentamento, lutas que ocorrem em meio à conquista da terra e da cidadania, em momentos imediatamente posteriores ao assentamento das famílias e que não cessam de se fazer necessárias. O artigo trata especificamente do período transitório entre o assentamento provisório e o definitivo, e não apenas sobre as dificuldades de acessar os serviços públicos, mas, sobretudo, das concepções contraditórias entre as práticas de saúde preconizadas pelos saberes populares e os científicos, os desafios colocados sobre a compreensão do outro para o aperfeiçoamento do atendimento à população.

Os artigos do fluxo normal da revista resgatam temas do dossiê, mas poderíamos dizer que estão mais para a análise da dimensão dos conflitos e das disputas acerca do papel do estado na execução de políticas públicas de segurança alimentar, das concepções de agroecologia e cooperativismo e mesmo sobre a contradição entre os princípios dos movimentos sociais de luta pela terra e os princípios da religiosidade que emerge nos assentamentos.

No primeiro artigo, o papel do Estado na segurança alimentar e nutricional é analisado no período de 2003 a 2016 por meio de um diálogo com a literatura especializada sobre a referida política. O projeto de Estado articulado e de grande porte encontra desafios em sua implementação e foi parcialmente desconstruído antes que soluções pudessem ser implementadas. O artigo salienta, no entanto, a importância do Estado ter sido, em sua vigência plena, forte

redutor das desigualdades sociais. Dificuldades nas práticas de transversalidade de gestão e da federalização, restrições ao fortalecimento das instâncias estaduais, para o apoio necessário aos municípios acabam por dificultar, passo a passo, o exercício do desenvolvimento como liberdade.

A reavaliação da forma de enfrentamento do MST, através de uma “reforma agrária popular” é analisada em artigo voltado à discussão dos avanços e limitações da proposta agroecológica no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara – PA. A partir de uma vasta e bem qualificada metodologia, o artigo aponta como resultado a possibilidade da proposta metodológica do MST ter proporcionado aos assentados uma produção diversificada, orgânica, ecológica, gerando alimentação saudável e renda. As contraposições ao modelo vigente do agronegócio encontram barreiras, como desgaste da terra, falta de mão de obra, limitações físicas dos próprios assentados, falta de apoio das gestões públicas locais. Contrapontos que não anulam o fortalecimento das autonomias produtivas possível através da agricultura de bases ecológicas, geradora de alimentos saudáveis e da conquista da soberania alimentar.

Os conflitos em torno da instalação de um parque estadual de conservação e a população local são retratados em um artigo realizado no sul da Bahia. Analisa-se não apenas os conflitos, mas as arenas que se formaram diante da desapropriação de dezenas de famílias posseiras. Problema recorrente no Brasil, geralmente este tipo de parque acaba por impor limitações às práticas agrícolas e à própria reprodução social e cultural de populações rurais que habitam há várias gerações uma localidade e, por outro lado, o novo tipo de gestão do território controlado pelo Estado impõe uma nova racionalidade, inserindo vários pontos de conflito com a concepção de vida e trabalho dessas famílias. A contradição também permeia o artigo seguinte. Os autores buscam fundamentar o cooperativismo enquanto oportunidade de cooperação e de desenvolvimento sustentável a partir de um estudo de caso em uma cooperativa de crédito. Ao colocar a transparência como um achado de pesquisa, o estudo traz elementos que podem exemplificar as boas práticas de gestão como possibilidade em experiências outras.

Em novo artigo sobre o tema da saúde da população rural, desta vez no estado de São Paulo, uma equipe investigou, por meio de uma pesquisa exploratória, as condições de saúde em dois assentamentos. Ambos não possuem estruturas adequadas de atendimento à saúde, infraestrutura ou transporte, uma realidade muito comum em assentamentos rurais. Mesmo assim, as autoras não deixam de ressaltar qualidades e os enormes desafios que o SUS tem em relação ao seu aperfeiçoamento, no sentido do atendimento da população e em especial aos moradores do meio rural. Apresentam indicativos consistentes sobre como avançar na implementação de políticas que promovam a saúde e criticam o modelo biomédico, que traz a crença de que medicina se resume ao médico e à cura, desconsiderando procedimentos preventivos. Concepção que predomina por toda a sociedade e não apenas no caso estudado.

Fechando este número um artigo com instigante abordagem sobre o fenômeno do pentecostalismo em um assentamento em Goiás. Para além da percepção do senso comum, que por vezes compreende o fenômeno como alienação, para o autor, trata-se sobretudo de uma estratégia de vida e mesmo de sobrevivência frente às reais condições de vida que se tem no meio rural

e no referido assentamento. Os agentes religiosos têm feito um trabalho de base cotidiano que aparece nos depoimentos como ações que contribuem material e espiritualmente. Por vezes, a religiosidade se configura na única referência das famílias assentadas para ressignificarem suas experiências e perspectivas de futuro na comunidade. Referências que, como mostra-se, podem entrar em confronto com as próprias referências que orientaram a luta e a conquista da terra.

Em plena Pandemia, face a um cenário de tristezas e indefinições, este número do periódico traz igualmente contribuições para se repensar a saúde e a condição humana, afetada por tantas crises, discutindo alternativas de abastecimento alimentar, relações possíveis com a sustentabilidade, com o resgate de práticas tradicionais, comprometidas com outro modelo de se fazer agricultura.

Boa leitura e nosso compromisso em semear um conhecimento sustentado pela reconstrução da liberdade, da autonomia, da justiça social e ambiental.

Os editores.